



EXERCÍCIO DE 2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

02.06.01.04.122.0003.1072.4.4.90.52.00 – Ficha 212

02.06.01.04.123.0008.1073.4.4.90.52.00 – Ficha 235

SÍNTESE DO OBJETO: Registro de Preços para aquisição de 01 (um) Veículo de Passeio Tipo Sedan Zero Km e um Trator Tipo Agrícola Zero km, para Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária de acordo com Convênio de Saída nº 1231001643/2022.

AUTUAÇÃO

Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro do ano de 2022, nesta Prefeitura, eu, Hélia de Almeida Ribeiro, autuei a autorização e demais documentos que seguem.

Pregoeira



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

• **OBJETO:**

• **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN ZERO KM E UM TRATOR TIPO AGRÍCOLA ZERO KM, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA DE ACORDO COM CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1231001643/2022, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

• **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 28/09/2022 às 08h30.

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura das Propostas Comerciais.

• **ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Dia 28/09/2022 às 08h30.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

• **MODO DE DISPUTA:**

Modo aberto, com duração de 10 (minutos), com prorrogação automática de tempo em caso de lances nos últimos 02 (dois) minutos, renovando-se por mais 02 (dois) minutos de forma sucessiva.

• **SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:**

www.licitardigital.com.br

• **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:**

na internet, no site www.licitardigital.com.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura de Morro da Garça- MG, localizado na Praça São Sebastião, nº 464, Centro, Morro da Garça – MG, CEP 39.248-000.

• **ESCLARECIMENTOS:**

e-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br, Tel: (38) 3725-1110 ou no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, no endereço supra mencionado.

• **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.



EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA, ESTADO DE MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 17.695.040/0001-06, isento de inscrição estadual, com endereço na Praça São Sebastião, nº 464, Centro, Morro da Garça, MG, CEP 39.248-000, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 106/2022**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 08/2022**, do **tipo menor preço por item**, no dia **28/09/2022 às 08h30**, no site: www.licitardigital.com.br, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, com alterações posteriores, Decreto Municipal nº **3.430 de 01 de julho de 2021** e demais condições fixadas neste edital.

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1 - O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da *internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
 - 2 - Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, Estado de Minas Gerais, HÉLIA DE ALMEIDA RIBEIRO e Equipe de Apoio, integrada pelos servidores MARIA DAS GRAÇAS ROCHA, PAULO ROBERTO MATOSO SILVA e IAGO MARQUES DAS NEVES, designados pela Portaria nº 049/2022 publicada em 22/06/2022, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pela Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, provedor do sistema eletrônico.
-

II – OBJETO

- **1- REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO**



DE PASSEIO TIPO SEDAN ZERO KM E UM TRATOR TIPO AGRÍCOLA ZERO KM, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA DE ACORDO COM CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1231001643/2022, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.1 - SÓ SERÃO ACEITOS VEÍCULOS PARA O PRIMEIRO EMPLACAMENTO NO NOME DO MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA. (VEÍCULOS CONSIDERADOS 0 KM PELO DETRAN).

III -- ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária;

IV – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 1 - Cópia deste edital encontra-se disponível na *internet*, no *site* www.licitardigital.com.br e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no *hall* de entrada da Prefeitura Municipal de Morro da Garça - MG, ou, ainda, poderá ser obtida no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, através do e-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br ou no *site* <https://www.morrodagarca.mg.gov.br>.
- 2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no *site* www.licitardigital.com.br, bem como as publicações no “Diário Oficial da União”, no “Minas Gerais”, em “Jornal de Grande Circulação” ou no “Quadro de Avisos da Prefeitura”; quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.
 - 2.1 - O licitante que desejar receber informações ou esclarecimentos sobre o processo licitatório deverá, ao se cadastrar para retirar o edital no *site* www.licitardigital.com.br, informar sua razão social e seu *e-mail*.
- 3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o *e-mail* licitacao@morrodagarca.mg.gov.br ou telefone (38) 3725-1110, ou, ainda, para o Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Morro



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



da Garça/MG, no endereço constante da fl. 1 deste edital, até dois dias úteis antes da data marcada para sua abertura.

3.1 - As respostas da Pregoeira às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por *e-mail*, fax, telefone ou disponibilizadas no *site* www.licitardigital.com.br no campo “**mensagens**”, no *link* correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.

4 - No campo “**mensagens**” serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que a Pregoeira julgar importantes, razão pela qual os interessados devem consultar o *site* com frequência.

5 - Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, conforme previsto no artigo 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019 e artigo 22 do Decreto Municipal nº 041/2020, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o *site* www.licitardigital.com.br, ou no endereço eletrônico licitacao@morrodagarca.mg.gov.br, dirigidas à Pregoeira.

5.1 - A petição deverá ser assinada pelo cidadão, acompanhada de cópia de seu documento de identificação e CPF, ou pelo representante legal ou credenciado do licitante, com indicação de sua razão social, número do CNPJ e endereço, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal (contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública).

5.2 – A Prefeitura não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

5.3 – Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.4 – A decisão da Pregoeira será enviada ao impugnante via e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e será divulgada no *site* www.licitardigital.com.br, no *link* correspondente a este edital, ficando acessíveis a todos os interessados.



V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1 – Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, previamente credenciadas no site www.licitardigital.com.br, conforme **Título IX**.
- 2 - Os licitantes deverão manifestar, em campo próprio do site, quando do registro de sua proposta comercial, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta atende às exigências do edital.
 - 2.1 – Registrada a declaração, constatada pela Pregoeira o descumprimento às exigências de habilitação e proposta comercial previstas no edital, responderá o licitante pelas sanções previstas na legislação vigente.
- 3 - Não poderá participar da presente licitação pessoa jurídica:
 - 3.1 - suspensão de participar em licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Morro da Garça - MG;
 - 3.2 - declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
 - 3.3 - impedida de licitar e contratar com o Município de Morro da Garça;
 - 3.4 – sob recuperação judicial ou com falência decretada;
 - 3.5 – cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação.
- 4 - Em se tratando de microempresa –ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação da certidão, expedida pela Junta Comercial, na forma da Instrução Normativa nº. 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro de Comércio-DNRC, ou outro órgão equivalente, e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006. (A referida declaração deverá estar FORA DO ENVELOPE)
 - 4.1 - A certidão apresentada terá obrigatoriamente que ter sido emitida no exercício em curso.
 - 4.2 - Em se tratando de MEI-Micro Empreendedor Individual, a comprovação desta condição será efetuada mediante a apresentação do Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.



5) A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

VI – PROPOSTA COMERCIAL

1 - A Proposta Comercial, contemplando o **valor total do item**, deverá ser inserida em campo próprio, no sistema eletrônico por meio de chave de acesso e senha intransferíveis, até a data e horário marcado para abertura das propostas.

1.1 - Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o valor total do objeto;

1.2 - Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.

1.3 - A proposta e os lances apresentados pelo licitante deverão referir-se à integralidade do objeto, não se admitindo propostas para fornecimento parcial.

1.4. Deverá ser observado o preço de referência do objeto licitado, constante do Termo de Referência, **Anexo I**, extraído de pesquisa de preço de mercado, **não devendo o preço ofertado ultrapassar aquele valor, sob pena de desclassificação imediata.**

1.5 - O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, **sua condição de ME ou EPP**, desde que cumpra os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparada, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse de usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da lei citada.

1.6 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

2- As Propostas Comerciais registradas no sistema, pelos licitantes, poderão ser substituídas ou excluídas até a data e horário definido no Edital para abertura das mesmas.



- 3 - O licitante classificado detentor da proposta de menor preço deverá encaminhar à Pregoeira, via Plataforma de Licitação no prazo máximo de 2 (duas) horas após o encerramento da sessão do Pregão, sua Proposta Comercial **AJUSTADA AO PREÇO FINAL**.
- 4 - A Proposta Comercial, ajustada ao preço final, poderá ser apresentada conforme Modelo do **Anexo II**, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com valor total do objeto, identificação da empresa proponente, n.º do CNPJ, endereço, número de telefone e *e-mail* e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando:
- 4.1 - descrição completa do objeto, conforme especificações constantes do **Anexo I**, e marca e modelo do produto ofertado.
- 4.2 - valor unitário e valor total da proposta, expressos em numeral.
- 4.3 - indicação do prazo de garantia.
- 5 - Declaração de ME, EPP ou Equiparada conforme modelo constante do Anexo IX, caso tenha declarado em campo próprio do sistema eletrônico, ao cadastrar a proposta.
- 6 - A proposta comercial deverá ter validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.1 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 7 - Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse desta Prefeitura Municipal;
- 7.1 - A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes, quanto à respectiva



proposta.

8 – Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

9 - O Proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira a sua proposta e lances.

10 - O preço deverá ser proposto considerando-se a entrega dos produtos na Prefeitura Municipal de Morro da Garça/MG, localizada na Praça São Sebastião, n° 464, Centro, nesta cidade de Morro da Garça/MG, incluídos os valores de quaisquer despesas relativas à mão de obra, encargos previdenciários e trabalhistas, seguros, fretes, tributos e outras despesas, além do lucro.

11 – O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

12 - SÓ SERÃO ACEITOS VEÍCULOS PARA O PRIMEIRO EMPLACAMENTO NO NOME DO MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA. (VEÍCULOS CONSIDERADOS 0 KM PELO DETRAN).

VII – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta de preços, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

2 - O envio dos documentos de habilitação abaixo relacionada acompanhada da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

2.1 - Para comprovação da Habilitação Jurídica:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;



- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleições de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2 - Para a comprovação da Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, do domicílio ou da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou da sede da proponente;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos pela lei;

2.3 – Para comprovação da Inexistência de Débitos Trabalhistas:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

2.4 - Para comprovação da Qualificação e Econômica – Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.



2.5 - Para a comprovação da Qualificação Técnica:

a) Comprovação através da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de fornecimento do objeto desta licitação e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

b) Só serão considerados válidos os atestados em papel timbrado da entidade expedidora, com identificação do nome e município da entidade. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome, cargo exercido na entidade, estando as informações sujeitas à conferência pela Comissão de Licitação.

c) Declaração da licitante que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações da quantidade cotada do objeto da licitação. A não apresentação desta declaração será entendida pela Pregoeira como concordância com o teor deste Edital, não ocasionando inabilitação.

2.6 - Para o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

a) Declaração, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos, em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme o modelo constante do **Anexo III**.

3 - O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

4 - A Pregoeira e a equipe de apoio efetuarão consulta ao *site* da Receita Federal na *internet* para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

4.1 - Procedida a consulta, serão impressas declarações comprovantes da autenticidade dos documentos, que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número de CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:



5.1 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

5.2 – Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

5.3 – se o licitante for matriz, e o executor do contrato for a filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;

5.4 – serão dispensados da filial aqueles documentos que, pelo própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6- Na ausência de documentos constantes do item 2, a Pregoeira e Equipe de Apoio inabilitará a empresa que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos.

a) A Prefeitura não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.

7 – A microempresa – ME e a empresa de pequeno porte – EPP ou equiparada deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

a) Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Morro da Garça, para regularização da documentação.

b) A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira.

c) Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

d) A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Pregoeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos deste edital, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.



8 - Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

a) Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.

9 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

10 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, numerados na ordem retromencionada.

11 - A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste Título, ou a ausência, salvo o disposto no item 6, **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no **item 19 do Título X** e sujeitando-se o licitante às sanções legais.

VIII – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

1 - O critério de julgamento será o de **menor preço**, representado pelo **menor valor do item**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A Pregoeira poderá promover diligência, conforme o caso, junto ao licitante detentor do menor preço, antes do julgamento, para verificação de sua conformidade com as especificações exigidas neste edital.

2 - Será desclassificada a Proposta Comercial que:

a) não se refira à integralidade do objeto;

b) não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

c) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a veículos e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.



d) se o(a) Pregoeira(a) entender que o preço é inexequível, fixará prazo para que o licitante demonstre a formação de seu preço, por meio de planilha de custos, contratações em andamento, justificativas e demais documentos hábeis para comprovar a exequibilidade.

e) não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

3 – Erros de soma e/ou multiplicação ou falhas formais apurados na Proposta Comercial poderão ser corrigidos.

a) Serão corrigidos erros formais ou os valores conforme a divergência apurada, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com o(a) Pregoeira, após diligência e anuência do licitante.

b) A correção será consignada em ata de julgamento.

c) Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

4 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

5 - O(a) Pregoeira(a) poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

6 – As propostas e documentação apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da Área Solicitante para verificação do atendimento ao objeto licitado, mediante parecer fundamentado.

IX – CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.licitardigital.com.br.

– O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva do



licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

O credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

- 2 – A Prefeitura Municipal não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade da plataforma de licitações “Licitar Digital”, provedor do sistema eletrônico.

X – PARTICIPAÇÃO E PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

- 1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos à fl. 1 deste Edital.

a) Informações para acesso e encaminhamento das propostas podem ser feitas na página inicial do site www.licitardigital.com.br, opção “ACESSAR”.

- 2 - Na data e hora estabelecidas neste edital, a sessão pública do Pregão Eletrônico será iniciada, com a abertura e divulgação das Propostas Comerciais, sendo avaliada a aceitabilidade das mesmas pela Pregoeira, **mantido o sigilo estabelecido pelo sistema.**

- A sessão do pregão será realizada na **sala de disputa, onde poderão ser realizados de forma simultânea até 10 itens,** em razão dos quantitativos de itens e itens licitados, proporcionando agilidade ao processo, devendo o licitante, nesse caso, efetuar lances simultâneos para os itens em disputa em que houver enviado a proposta.

- Alegações posteriores não serão aceitas, caso o licitante não efetue lances para



os diversos itens eventualmente licitados de forma simultânea.

- Para maiores informações sobre a disputa simultânea de itens, o licitante poderá acessar o link “Ajuda do Sistema” > item 3.05 “Sala de Disputa”, disponível na área logada do fornecedor na plataforma de licitações ou fazer contato diretamente com a plataforma de licitações Licitar Digital.
- 3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da etapa de lances, exclusivamente pelo meio eletrônico, observado o horário de duração e as regras estabelecidas neste edital.
- 4 - A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado pelo sistema sobre seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5 - Durante o transcurso da etapa de lances, será informado, em tempo real, o valor do menor lance de cada licitante registrado pelo sistema.
- 6 - O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer outro válido para o item.
- 7 - Permanecerá válida a proposta comercial encaminhada pelo sistema na hipótese de o licitante não encaminhar lances, sendo considerada para a classificação final.
- 8 - Se os licitantes não ofertarem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço em relação ao valor estimado da contratação.
- 9 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

13 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

14 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira.

15 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

17 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

19 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

20 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno



porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

21 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

22 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

23 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

24 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

25 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

25.1 - produzidos no país;

25.2 - produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

25.3 - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

25.4 - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

C E P. 39.248-000

C N P J 17695040/0001-06



da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

26 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

27 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

28 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

29 - Quando houver apenas um item por item, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por item a Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

30 - Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

31 - Impugnado algum documento pelos demais licitante, o detentor do menor preço deverá produzir prova de sua exatidão, em prazo a ser definido pelo(a) Pregoeira(a) para cumprimento da diligência.

32 - A Pregoeira, quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original em 2 (dois) dias, com vistas à confirmação da autenticidade.

33 - Os prazos acima poderão ser prorrogados, a pedido do licitante, com justificativa aceita pela Pregoeira, desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido.

34 - O licitante poderá manifestar, **motivadamente** a intenção de interpor



recurso, **exclusivamente** via sistema, durante os 10 (dez) minutos imediatamente posteriores ao ato da Pregoeira que declarou o vencedor do certame, **sob pena de decadência** do direito de recurso.

35 - O licitante cuja Proposta Comercial tenha sido desclassificada antes da etapa de lances poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso.

36 - No caso de desclassificação da proposta de menor preço ou inabilitação do licitante, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e habilitação do licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências deste Edital.

37 - Nessa etapa a Pregoeira, também, poderá negociar o preço com o licitante, para que sejam obtidas melhores condições para a Prefeitura Municipal de Morro da Garça/MG.

38 - O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, ficando a mesma disponível para consulta na plataforma de licitações "Licitar Digital" www.licitardigital.com.br.

39 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da não observância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

XI - RECURSOS E CONTRARRAZÕES

- 1 - Os licitantes que tiverem manifestado, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, após a declaração do vencedor, nos termos do **item 34 do Título X**, deverão apresentar suas razões no prazo único de 3 (três) dias, a partir do dia seguinte à sua manifestação.
 - Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
 - No prazo recursal, fica assegurada vista dos autos.
 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a



decadência do direito de recurso.

2 - O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

2.1 - ser dirigido à Pregoeira, no **prazo de 3 (três) dias**, conforme estabelecido no **item 1 deste Título**;

2.2 - ser dirigido ao Prefeito Municipal, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

2.3 - ser apresentado em arquivo digital diretamente no campo RECURSO na plataforma de licitações, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo **representante legal ou credenciado** do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal;

3 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

4 - O recurso será apreciado pela Pregoeira, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.

5 - A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no sistema eletrônico (plataforma) Licitar Digital.

XII – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.



XIII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Morro da Garça/MG e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores do Município de Morro da Garça/MG, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

XIV – DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Condição de ME, EPP ou Equiparadas;

Anexo V – Minuta de Ata de Registro de Preços

2 – A Prefeitura convocará o adjudicatário para assinar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme o caso, em prazo a ser estabelecido por esta Prefeitura, não superior a 5 (cinco) dias, observado o prazo de validade da proposta, nos termos deste edital

– Na hipótese de o adjudicatário não comparecer para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, aplicar-se-á as sanções cabíveis. O (a) Pregoeira(a) examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo, ainda, negociar o



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



preço.

- 3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 5 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 6 - Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.
- 7 - A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.
- 8 - A Pregoeira poderá determinar a apresentação de documento original, com vistas à confirmação da autenticidade de cópia apresentada no certame, quando julgar necessário ou se o documento for impugnado para algum licitante, em prazo a ser definido para cumprimento da diligência.
 - 8.1. Poderá ser apresentado o original para autenticação da cópia pelo(a) Pregoeira(a) ou Equipe de Apoio, ou cópia autenticada por cartório.



9. As decisões do Prefeito Municipal e da Pregoeira serão publicadas no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º, do art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93 e divulgadas no site <https://www.morrodagarca.mg.gov.br> e na plataforma de licitações “Licitar Digital” www.licitardigital.com.br
- 10 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 11 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Morro da Garça/MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.
- 12 – Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no §1º do art. 65, da Lei n.º 8.666/93.
13. A Prefeitura Municipal de Morro da Garça/MG poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 14 - **A finalidade principal do sistema de registro de preços é o fornecimento de acordo com a demanda da administração, devido à dificuldade de mensurar a quantidade exata a ser adquirida e assim atender melhor às necessidades do Município de Morro da Garça/MG.**
- 15 - A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o MUNICÍPIO e a empresa que apresentar o menor preço sobre o anexo e terá validade de 12 (doze) meses a partir da assinatura, conforme art. 12 do Decreto Federal 7.892/13.

16 - DO REGISTRO DE PREÇO E DAS ADESÕES A ATA

A Prefeitura Municipal de Morro da Garça/MG é o órgão gerenciador responsável pela condução do registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrentes.

- Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da



Administração Estadual ou Municipal que não tenham participado deste certame licitatório, **mediante anuência da Prefeitura Municipal de Morro da Garça.**

a) Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços proveniente deste certame, deverá consultar a Prefeitura Municipal de Morro da Garça para a manifestação da possibilidade de adesão.

b) As aquisição ou contratações adicionais decorrentes da Ata de Registro de Preços **não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e Registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador.**

c) Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços **não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes do número de órgãos não participantes que aderirem.**

d) O órgão gerenciador somente poderá autorizar a adesão à Ata após a primeira contratação ou AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS registrados na ata.

e) Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada **em até 90 (noventa) dias**, observando-se o prazo de vigência da presente ata.

f) Caberá ao fornecedor (es) registrado(s) que vencer(em) o certame licitatório, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador.

g) O órgão ou entidade que aderir a presente Ata de Registro de Preços convalidará todos os atos do certame, e respeitará as mesmas cláusulas contratuais.

- Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

h) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

i) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



aos valores de mercado observará a classificação original.

- O fornecedor poderá ter seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- O cancelamento do registro ocorrerá a pedido, quando:

j) o fornecedor comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

k) o fornecedor não poder cumprir o compromisso, em função de o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, desde que devidamente comprovado e a comunicação ocorra **antes do pedido de fornecimento**.

l) O cancelamento do registro de preços ocorrerá, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Morro da Garça quando:

m) o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado.

n) o fornecedor deixar de cumprir qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório.

o) houver razão de interesse público, devidamente comprovada e justificada.

p) não forem cumpridas as obrigações decorrentes da ata de registro de preços.

q) o fornecedor não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, o termo contratual decorrente da Ata de Registro de Preços.

17 - SÓ SERÃO ACEITOS VEÍCULOS PARA O PRIMEIRO EMPLACAMENTO NO NOME DO MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA. (VEÍCULOS CONSIDERADOS 0 KM PELO DETRAN).

18 - Fica eleito o foro da Comarca de Curvelo, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Morro da Garça/MG, 14 de setembro de 2022.


HÉLIA DE ALMEIDA RIBEIRO
Pregoeira



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

I – DA(S) ÁREA(S) SOLICITANTE(S) E DA FISCALIZAÇÃO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária ;

II – OBJETO

- **2.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN ZERO KM E UM TRATOR TIPO AGRÍCOLA ZERO KM, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA DE ACORDO COM CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1231001643/2022, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

III – JUSTIFICATIVA

3.1 Aquisição do Veículo e Trator em atendimento ao Convênio de Saída que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abasecimento –SEAPE e o Município de Morro da Garça.

IV – OBJETO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, QUANTIDADE E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
01	01	UNID.	TRATOR TIPO AGRÍCOLA, POTÊNCIA 80 HP (MÍNIMA), 0 KM, 4X4, MOTOR TURBO DIESEL, 04 CILINDROS, EMBREAGEM DUPLA, COMANDO HIDRÁULICO COM NO MÍNIMO DE DOIS PONTOS, CONTRAPESOS DIANTEIROS E TRASEIRO.	R\$ 230.339,33
02	01	UNID.	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN 04 PORTAS, MOTOR 1.3 EM DIANTE, POTÊNCIA 101 CV, COR BRANCA, CAMBIO MANUAL 05 MARCHAS, RODAS ARO 15, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS 04 PORTAS, DESEMBAÇADOR VIDRO TRASEIRO, FAROIS DE NEBLINA, AIR BAG DUPLO, FREIOS ABS, DENTRE OUTROS.	R\$ 78.616,33

V– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. As dotações orçamentárias que onerarão as despesas são as seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

C E P. 39.248-000

C N P J 17695040/0001-06

02.06.01.04.122.0003.1072.4.4.90.52.00 – Ficha 212

02.06.01.04.123.0008.1073.4.4.90.52.00 – Ficha 235

V – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

6.1. Os veículos deverão ser entregues em até **120 (cento e vinte) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento (OF)**, diretamente em local constante na Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras.

VI – GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO

7.1 Os veículos deverão possuir garantia do fabricante, mínima de 01 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo do mesmo.

VII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será liberado com até 30 (trinta) dias após a entrega do veículo e emissão da nota fiscal, devidamente certificada pela Secretaria Municipal competente.

VIII - MULTAS

1) Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento do objeto contratado.

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor do contratado, por ocorrência.

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto do contrato, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir da execução do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste Edital, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada]

b1) O Valor das multas aplicadas, após o regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura.

b2) As sanções previstas face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

IX – PAGAMENTO DE MULTAS E PENALIDADES

1) Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela Prefeitura à Contratada, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos



termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste edital com responsabilidade da Contratada e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Prefeitura.

2) As multas e penalidades previstas neste Edital não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Prefeitura por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade

X – CONDIÇÕES GERAIS

- 1) A Prefeitura reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Edital, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto licitado.
- 2) Rege-se o objeto desta licitação pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contrato e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei 8.666/93.

Morro da Garça/MG, 14 de setembro de 2022.

HÉLIA DE ALMEIDA RIBEIRO
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022

- **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN ZERO KM E UM TRATOR TIPO AGRÍCOLA ZERO KM, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA DE ACORDO COM CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1231001643/2022.**

Preço Total:	
Razão Social do Licitante:	
CNPJ	
Endereço:	
E-mail:	
Telefone:	
Nome Representante:	
Identificação:	
Qualificação:	
Assinatura:	
Local e data:	

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VR. UNIT. R\$	VR TOTAL R\$
01	01	UNID.	TRATOR TIPO AGRÍCOLA, POTÊNCIA 80 HP (MÍNIMA), 0 KM, 4X4, MOTOR TURBO DIESEL, 04 CILINDROS, EMBREAGEM DUPLA, COMANDO HIDRÁULICO COM NO MÍNIMO DE DOIS PONTOS, CONTRAPESOS DIANTEIROS E TRASEIRO.			
02	01	UNID.	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN 04 PORTAS, MOTOR 1.3 EM DIANTE, POTÊNCIA 101 CV, COR BRANCA, CAMBIO MANUAL 05 MARCHAS, RODAS ARO 15, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS 04 PORTAS, DESEMBAÇADOR VIDRO TRASEIRO, FAROIS DE NEBLINA, AIR BAG DUPLO, FREIOS ABS, DENTRE OUTROS.			



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



Valor total da proposta (expresso em algarismos e por extenso): R\$ _____
(_____).

Validade da Proposta: 60 dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93.

Prazo de Entrega: Até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.

OBS: 1. Deverá constar a marca/modelo dos veículos.

2. O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da LICITANTE com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

3. Eventuais erros na soma dos preços dos itens são de responsabilidade do licitante.

4. SÓ SERÃO ACEITOS VEÍCULOS PARA O PRIMEIRO EMPLACAMENTO NO NOME DO MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA. (VEÍCULO CONSIDERADO 0 KM PELO DETRAN).

_____, ____ de _____ de 2022

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Carimbo CNPJ



**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE
EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 – REGISTRO DE PREÇOS**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____ de 2022.

Assinatura (representante legal): _____

Qualificação: _____

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE
ME, EPP OU EQUIPARADAS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 – REGISTRO DE PREÇOS**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____

DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer impedimentos do §4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como:

() Microempresa, ME ou () Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006;

() Sociedade Cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

(assinalar a condição da empresa)

() Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2022.

(assinatura do representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



**ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022.
PROCESSO LICITATORIO Nº 106/2022.**

Por este instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA/MG**, inscrito no CNPJ 17.695.040/0001-06, com sede Praça São Sebastião, nº 464, Centro, Morro da Garça, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Márcio Túlio Leite Rocha, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Morro da Garça/MG e de outro lado a empresa (NOME DA EMPRESA), (QUALIFICAÇÃO E ENDEREÇO), neste ato, representada por (REPRESENTANTE LEGAL), (QUALIFICAÇÃO), têm entre si justo e acertado a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com fundamento na Lei 8.666/93 e suas alterações e em decorrência do Processo Licitatório nº 106/2022 - Pregão Eletrônico nº 08/2022- Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- A presente ata de registro de preços tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN ZERO KM E UM TRATOR TIPO AGRÍCOLA ZERO KM, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA DE ACORDO COM CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1231001643/2022, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS**, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 e seus anexos e a proposta da empresa registrada correspondente aos itens abaixo especificados:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	VR. UNIT. RS	VR TOTAL RS
01	01	UNID.	TRATOR TIPO AGRÍCOLA, POTÊNCIA 80 HP (MÍNIMA), 0 KM, 4X4, MOTOR TURBO DIESEL, 04 CILINDROS, EMBREAGEM DUPLA, COMANDO HIDRÁULICO COM NO MÍNIMO DE DOIS PONTOS, CONTRAPESOS DIANTEIROS E TRASEIRO.			
02	01	UNID.	VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN 04 PORTAS,			



		MOTOR 1.3 EM DIANTE, POTÊNCIA 101 CV, COR BRANCA, CAMBIO MANUAL 05 MARCHAS, RODAS ARO 15, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS NAS 04 PORTAS, DESEMBAÇADOR VIDRO TRASEIRO, FAROIS DE NEBLINA, AIR BAG DUPLO, FREIOS ABS, DENTRE OUTROS.			
--	--	---	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

O teor do Edital e seus anexos, na modalidade Pregão Eletrônico nº 08/2022 e a proposta da empresa registrada são partes integrantes desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

A Administração estima que eventualmente pagará à empresa registrada o valor de R\$......, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada na Cláusula Sexta, vinculada ao orçamento correspondente.

Parágrafo Único - O preço proposto e ora registrado inclui todas as despesas com tributos, encargos sociais, trabalhistas e transporte para execução do objeto. A empresa registrada responsabilizar-se-á, inteiramente, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, decorrentes ou relacionadas com os veículos ora registrados e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Conforme emissão de notas fiscais, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a empresa registrada protocolizará junto a Administração Notas Fiscais que, após a devida atestação e regular liquidação, serão objeto de pagamento a ser processado dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada da nota fiscal/fatura.

§1º Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a manutenção das condições de habilitação da empresa registrada, notadamente no tocante a regularidade perante a Fazenda Federal (INSS) e FGTS;

§2º Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susado até que a empresa registrada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



Os preços dos veículos serão fixos e irremovíveis, de acordo com a Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001 e demais normas aplicáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura da ata de registro de preços, exceto:

§ 1º - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente para a justa remuneração da execução do objeto poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial da ata de registro de preços.

§ 2º. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

§ 3º. Na hipótese de a Empresa registrada solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, etc.

§ 4º. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela Empresa registrada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

§ 5º. Fica facultado à Administração realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **empresa registrada**.

§ 6º. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da Administração, porém contemplará a execução do objeto realizada a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da Administração.

§ 7º. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a empresa registrada não poderá suspender a execução do objeto** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

§ 9º. A Administração deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação à execução do objeto realizados após o protocolo do pedido de revisão.

§ 10º. O novo preço só terá validade, após parecer da comissão revisora e,



para efeito de pagamento do objeto porventura entregue entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa registrada.

§ 11º. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Empresa registrada e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração na ocasião da abertura do certame, bem como eventuais descontos concedidos pela empresa registrada, serão sempre mantidos.

§ 12º. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção do cálculo e o respectivo faturamento complementar. Caberá à empresa registrada efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.

§ 13º. A periodicidade prevista nesta cláusula poderá ser reduzida por legislação superveniente.

§ 14º. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos art. 12, § 1º, Decreto Federal 7892/2013.

CLÁUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.06.01.04.122.0003.1072.4.4.90.52.00 – Ficha 212

02.06.01.04.123.0008.1073.4.4.90.52.00 – Ficha 235

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA / EXECUÇÃO

A presente ata de registro de preços será executada sob o regime de execução indireta por MENOR PREÇO POR ITEM, entrando em vigor na data de sua publicação com validade de 12 (doze) meses, com base no art. 12 do Decreto Federal 7.892/2013.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

§ 1º. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;
- II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.
- III - A inexecução total ou parcial da ata de registro de preços enseja a sua



rescisão pela Administração, com as consequências previstas na Cláusula Décima Primeira.

§ 2º. Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93.

§ 3º. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da empresa registrada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido.

§ 4º. A rescisão de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

Nos casos de rescisão previstos no contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local que se encontrar;
- II - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

§ 1º – A Licitante contratada ficará sujeita às penalidades previstas na Lei, pela inexecução total ou parcial de cada ajuste e a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

§ 2º – O atraso injustificado na entrega dos veículos licitados após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado à multa, na forma estabelecida a seguir:

- a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor do contratado, por ocorrência.
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto do contrato, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir da execução do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste Edital, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada]
 - b1) O Valor das multas aplicadas, após o regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura.
 - b2) As sanções previstas face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas



cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º – As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor do material não entregue constante da Ordem de Fornecimento e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

§ 4º – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de Ata ou nota de empenho), o Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Multa por atraso definida no § 2º;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a 2 (dois) anos; e
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Único: a aplicação da sanção prevista na alínea “a”, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas “b” e “c”, principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento de eventuais cotas mensais, expressamente previstas facultadas a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 5º – A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Constituem obrigações da Administração, em especial:

- I. Receber o objeto da ata de registro de preços, através do setor competente nos termos da Cláusula Décima Quarta;
- II. Efetuar o pagamento do objeto desta ata de registro de preços, nos termos do item 12 deste Edital mediante Nota Fiscal devidamente atestada.
- III. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

Constituem obrigações da Empresa Registrada, em especial:

- I. A execução do objeto contratados, conforme solicitação da Secretaria



requisitante, obedecendo aos critérios detalhados no **Anexo I – Termo de Referência**, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

- II. Manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no tocante à regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;
- III. Paralisar, por determinação do Município de Morro da Garça, a execução do objeto que não esteja de acordo com edital e seus anexos;
- IV. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução da ata de registro de preços e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;
- V - Cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor da ata de registro de preços;
- VI- Ressarcir a Administração quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência da execução do objeto;
- VII- Apresentar relação das pessoas credenciadas à execução do objeto, a qual deverá ser controlada pelo executor da ata de registro de preços e/ou pelo órgão fiscalizador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

O objeto será fiscalizado na sua execução por representantes da Administração, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Empresa registrada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Morro da Garça, e nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante Empresa registrada, no que concerne à execução do objeto da ata de registro de preços.

- 1 - Será responsável pela **gestão e fiscalização** do contrato o servidor a ser nomeado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
- 2 - É de responsabilidade do servidor acima citado comunicar aos seus superiores e ao setor de compras e licitações qualquer descumprimento de cláusula contratual ou padrão de qualidade, sob pena de incorrer as responsabilidades pertinentes.
- 3 – Fica a cargo do servidor Hélia de Almeida Ribeiro, na função de Gerente de Licitação, manifestar sobre a possibilidade de adesão à ata.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO

O recebimento do objeto desta ata de registro de preços será efetuado mediante recibo, definitivamente, referente à parcela da obrigação contratual cumprida.

Parágrafo Único - A Administração rejeitará execuções do objeto em desacordo com as especificações, cabendo à empresa registrada o ônus decorrente da rejeição, incluindo prazos e despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 1º. A EMPRESA REGISTRADA se obriga ao cumprimento integral do objeto desta ata de registro de preços, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta quer seja por erro ou omissão.

§ 2º A EMPRESA REGISTRADA deverá adotar todas as medidas, precauções e cuidados necessários, de modo a evitar eventuais danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, seja por ato ou omissão de seus empregados, prepostos ou assemelhados, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da ata de registro de preços.

§ 3º. Sob pena de a ata de registro de preços ser considerada rescindida unilateralmente, é defeso à EMPRESA REGISTRADA:

I - A execução do objeto por meio de associação ou de subcontratação, salvo solicitação devidamente justificada por escrito e expressamente autorizada pela administração;

II - Transferir, no todo ou em parte, a ata de registro de preços ou obrigações dele originárias, salvo solicitação devidamente justificada por escrito e expressamente autorizada pela administração;

§ 4º. Eventual operação de transformação societária, fusão, cisão ou incorporação no decorrer da vigência contratual, deverá ser submetida à apreciação da Administração com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para verificação de implicações no objeto empresa registrada.

§ 5º. Se, no decorrer da execução da ata de registro de preços, surgirem eventos ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



características relevantes que possam vir a afetar o objeto do presente, deverá a EMPRESA REGISTRADA comunicar expressamente a Administração acerca do ocorrido;

§ 6º As adesões a ata, obedecerão às condições previamente estabelecidas no Edital - Pregão Eletrônico nº 08/2022, bem como ao decreto 7.892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Curvelo, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Ata de registro de preços, do qual extraíram-se 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Morro da Garça/MG, ____ de _____ de 2022.

Município de Morro da Garça/MG

Prefeito Municipal

(NOME DA EMPRESA)

(Nome do Representante)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17695040/0001-06



Prefeitura Municipal de Morro da Garça

Aviso de Licitação Pregão Eletrônico nº 08/2022

- A Prefeitura Municipal de Morro da Garça, MG, torna público que fará realizar **Processo Licitatório N° 106/2022, Pregão Eletrônico N° 08/2022 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO TIPO SEDAN ZERO KM E UM TRATOR TIPO AGRÍCOLA ZERO KM, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PECUÁRIA DE ACORDO COM CONVÊNIO DE SAÍDA N° 1231001643/2022, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Data da sessão: **28/09/2022, às 08:30 horas**, site para realização do pregão: www.licitardigital.com.br. Informações na Prefeitura de Morro da Garça- Telefone: (38) 3725-1110.

Hélia de Almeida Ribeiro

Pregoeira Municipal

PUBLICIDADE
AF XAL
14 09 2022

ASSINADO RESPONSÁVEL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços. Pregão SRP - Nº 75/2022, Forma: Eletrônica. PROCESSO Nº 113/2022. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Projeto Pedagógico, Compreendendo Livros, Equipamentos e Mobiliário Escolar, Conforme Convênio nº 1261001518/2022-SEE, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e o Município de Monte Carmelo-MG, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Órgão Gerenciador: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Vigência: 12 (Doze) meses. Empresa: Ata RP nº 235/2022: PAE Editora e Distribuidora de Livros Ltda, CNPJ: 01.146.871/0001-80. Valor Global: R\$ 504.900,00. Data: 12/09/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE FORMOSO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2022

PL 050/2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, mobiliários e eletroeletrônicos destinados a estruturação da UBS Virgínia Ramalho dos Santos, no intuito de mobiliar, ampliar o acesso a serviços e benefícios a população do Município de Monte Formoso/MG. Tipo: Menor Preço por Item. Abertura dos envelopes: Dia 29/09/2022 às 09h00min. Local: Sala de Licitações da prefeitura na Travessa Primitivo Barbuda, 391. Edital e informações no mesmo endereço, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas ou pelo tel.: (33) 3745-8001.

Monte Formoso/MG, 15 de setembro de 2022
JOSÉ GOMES DA SILVA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2022

Processo nº 106/2022.

Registro de Preços para aquisição de 01 (um) Veículo de Passeio Tipo Sedan Zero Km e um Trator Tipo Agrícola Zero km, para Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária de acordo com Convênio de Saída nº 1231001643/2022. Data de Abertura: 28/09/2022 às 08h30min, plataforma de licitações Licitat Digital: www.licitatdigital.com.br. Edital e informações através do telefone: (38) 3725-1110, e-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br, no horário de 08h00min às 16h00min, site: www.morrodagarca.mg.gov.br.

Morro da Garça-MG, 15 de setembro de 2022
HÉLIA DE ALMEIDA RIBEIRO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BELÉM

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE CREDENCIAMENTO Nº 5/2022

Comunica a abertura da Inexigibilidade de credenciamento nº 005/2022, para credenciamento de Empresas/Profissionais Especializados para Prestação de Serviços Médicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Belém/MG. A Abertura/credenciamento será dia 20/10/2022, às 09h00min na Prefeitura Municipal de Nova Belém, na Av. Carlos Maulaz, nº 150, Centro - Nova Belém - MG, Informações no tel.: (33) 9.8827-5063 - Cemaro de Paula.

VALDECI DORNELES
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2022

A Prefeitura Municipal De Ouro Preto torna pública a abertura da licitação de Pregão Eletrônico nº. 065/2022 - Aquisição de materiais permanentes a serem destinados às Entidades de Assistência Social. Recebimento das propostas por meio eletrônico no site www.bilcompras.org.br: de 19/09/2022 às 07h00m até 29/09/2022 às 19h00m. Início da sessão de disputa prevista para o dia 30/09/2022 às 09h00m. Edital no site www.ouropreto.mg.gov.br, link Licitações e no site www.bilcompras.org.br. Informações: (31) 3559-3301.

MARINETH MONTEIRO
Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PADRE PARAÍSO

EXTRATOS DE CONTRATOS

ADMINISTRATIVO Nº 071/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2022 Tomada de Preços nº 007/2022 - Partes: Município de Padre Paraíso/MG X ENFOCO ENGENHARIA LTDA - EPP. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para execução de obra de rede coletora de esgoto, incluindo poços de visita e ligações prediais com fornecimento de materiais e mão de obra em parte da Rua Manoel Diógenes, Bairro João de Lino no Município de Padre Paraíso/MG em conformidade com as planilhas e projetos anexos, sob o regime de empreitada global, conforme Contrato nº 0601898-81, cujos recursos são oriundos da operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal S/A, através do Programa de Financiamento à Infraestrutura e Saneamento - FINISA e o Município de Padre Paraíso/MG. Vigência: 09/09/2022 a 31/12/2022. Valor do Contrato: R\$ 240.536,94 (Duzentos e quarenta mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos).

ADMINISTRATIVO Nº 072/2022 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2022 Tomada de Preços nº 008/2022 - Partes: Município de Padre Paraíso/MG X ENFOCO ENGENHARIA LTDA - EPP. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para execução de obra de rede coletora de esgoto, incluindo poços de visita e ligações prediais com fornecimento de materiais e mão de obra na Rua Ana Lopes, Bairro Vila Oeste no Município de Padre Paraíso/MG em conformidade com as planilhas e projetos anexos, sob o regime de empreitada global, conforme Contrato nº 0601898-81, cujos recursos são oriundos da operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal S/A, através do Programa de Financiamento à Infraestrutura e Saneamento - FINISA e o Município de Padre Paraíso/MG. Vigência: 09/09/2022 a 31/12/2022. Valor do Contrato: R\$ 399.523,38 (Trezentos e noventa e nove mil quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISSÓPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2022

O Município de Paraisópolis/MG torna público a primeira Retificação de edital publicado no DOU na data de 05/09/2022, na seção 3, página 169, Pregão Eletrônico nº 050/2022, cujo objeto é a o fornecimento de medicamentos, Básico da REMUME, a fim de atender aos municípios que necessitam dos medicamentos, por 12 (doze) meses. Fim do Cadastramento das Propostas: Dia 29/09/2022 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: Dia 29/09/2022, às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: Dia 29/09/2022, às 09h00min. Formulação de consultas e obtenção do edital

e retificação: Endereço Eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br. Endereço de Correio Eletrônico: elicitaoc@bbmnet.com.br. Informações (35) 3651-1500. A retificação encontra-se também disponível no site www.paraisopolis.mg.gov.br na aba licitações.

Paraisópolis-MG, 15 de setembro de 2022.

RICARDO JOSÉ DOS SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA QUATRO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2022

Objeto: Contratação de empresa para construção de muro de arrimo na Escola Municipal Professora Helena Carneiro. Início do certame dia 05/10/2022 às 09h30m. Informações na Prefeitura, Rua Tenente Viotti, nº 331. Tel. (35) 3371-5000. Edital no site: www.passaquatro.mg.gov.br/governo-licitacoes.php.

LÍVIA ROCHA LOURES
Presidente da CP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2022

Objeto: Registro de preços visando a aquisição eventual e parcelada de medicamentos de referência. Início do certame dia 04/10/2022 às 09h00m. Informações na Prefeitura, Rua Tenente Viotti, nº 331. Tel. (35) 3371-5000. Edital no site: www.passaquatro.mg.gov.br/governo-licitacoes.php- www.licitacoes.caixa.gov.br.

CAROLINA CAETANO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato de 1º Termo Aditivo ao Contrato 032-2022; Credenciamento Nº 005/2022, Processo Licitatório nº 053-2022, Objeto: Alteração Da Cláusula Primeira - Estando o Contrato vigente e, em conformidade com a Comunicação Interna nº 019/2022, datada de 03 de agosto de 2022, advinda da Secretaria Municipal de Fazenda, restou constatada a necessidade de proceder-se a alteração da Cláusula Primeira do Contrato nº 032/2022, acrescentando o item 1.3, nos exatos termos da CI supracitada, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação: Cláusula Primeira - do objeto do contrato (...) 1.3. uma vez prorrogada a vigência do instrumento e caso decorridos mais de 12 (doze) meses, poderá o contrato ter seu valor reajustado pelo INPC- Índice Nacional De Preços Ao Consumidor. Contratante: Município De Pedro Leopoldo, Cnpj: 23.456.650/0001-41. Contratado: Caixa Econômica Federal, CNPJ: 00.360.305/0001-04. Data de assinatura: 04/08/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Adesão a ata de Registro de Preços externa Nº 5/2022 Pregão Eletrônico Para Registro DE Preços Nº 002/2022. Órgão Gerenciador: FNDE/MEC. Objeto: A Aquisição de veículos de transporte escolar, diário de estudantes, denominado de ônibus rural escolar acessível ORE 3, pelo convênio PAR nº 201900265-4 em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino à Secretaria Municipal de Educação.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Município de Perdizes - MG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo Licitatório na modalidade Adesão nº 005/2022, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório, e especialmente o resultado do julgamento das propostas de preço, proferida pelo Pregoeiro e de conformidade com Decreto Municipal nº 665/2010 de 03 de dezembro de 2010, e Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto Federal nº 3.555/2000; resolve: Homologar o presente procedimento licitatório à empresa Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de Veículos, de acordo com o descrito abaixo. Com este ato fica convocado o proponente vencedor para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei nº 8.666/93, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

Perdizes-MG, 1º de setembro de 2022.
CONCEIÇÃO APARECIDA CUNHA ALVES
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

EXTRATO DE CONTRATO

Adesão 005/2022 Ata de Registro de Preço. Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº 002/2021. ORGÃO FNDE. OBJETO: A Aquisição de veículos de transporte escolar, diário de estudantes, denominado de ônibus rural escolar acessível ORE 3, pelo convênio PAR nº 201900265-4 em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino à Secretaria Municipal de Educação. Contratante: Prefeitura Municipal de Perdizes MG. Contratado: Volkswagen Truck & Bus Indústria e Comércio de Veículos; Valor da Presente Contratação é De: R\$ 1.245.000,00. Prazo de Vigência: Assinatura do contrato vigorando até 12(doze) meses. Perdizes MG, 01 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 4/2022

Processo Licitatório nº 056/2022

Adjudico/Homologo o Processo Licitatório autorizando a Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação asfáltica de diversas ruas dos bairros Bom Jesus, Cidade Jardim, Industrial, Santo Antônio, São Geraldo e São João Batista, no município de Pirapora-MG, através da empresa: Sat Quadros Engemat LTDA CNPJ 34.217.100/0001-96, Lotes 01, 02, 03, e 04 no valor global de R\$8.117.920,03; tudo conforme ata de julgamento.

Pirapora/MG, 15 de setembro de 2022.
ALEXANDRO COSTA CÉSAR
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2022

Constitui o objeto desta licitação a contratação de prestação de serviços especializados para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, para atender as necessidades da Saúde Pública Municipal, conforme descrito no edital e seus anexos. A abertura dos envelopes será dia 30 de setembro de 2022, às 14:00h. A sessão do Pregão Presencial ocorrerá na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planura/MG, localizada à Rua Monte Carmelo, nº 448, Centro. ESCLARECIMENTOS através do telefone (34) 3427-7014 e e-mail: licitacao@planura.mg.gov.br, no horário das 13h às 16h, de segunda a sexta-feira. DOWNLOAD de Editais através do site: www.planura.mg.gov.br.

Planura/MG, 16 de setembro de 2022.
LUIZ FERNANDO GOMES
Pregoeiro



LUÍZ CARLOS AZEDO

ENTRE LINHAS



>>> mais sobre esta coluna: luizazedo.d@dobr.com.br

O tema da violência faz parte da vida dos jornalistas e do jornalismo. Não raro os jornalistas são as vítimas, como aconteceu tanto no Vietnã, no Afeganistão e agora na Ucrânia



Avi-lência contra Vera Magalhães espreita todos nós

Nossa colega Vera Magalhães, vítima de um ataque direto do presidente Jair Bolsonaro no debate dos presidenciais na Band e agora, mais recentemente de uma agressão verbal do deputado paulista Douglas Garcia (Repúblicanos), que está sendo investigado pelo Ministério Público por suspeita de crime de "stalking" e dano emocional àquele profissional, tornou-se uma espécie de símbolo do relacionamento oficial do governo Bolsonaro com a imprensa. Na verdade, as grosserias e agressões a jornalistas por parte de Bolsonaro e seus aliados ocorrem desde o começo do governo, tendo como cenário privilegiado o famoso cercadinho do Palácio da Alvorada, local utilizado pelo presidente da República para suas conversas com apoiadores e entrevistas quebra-queixo com os jornalistas credenciados na Presidência. E se reproduzem nas redes sociais.

No livro "A política como vocação", em 1918, na Universidade de Munique, o sociólogo alemão Max Weber discorreu longamente sobre as atividades dos jornalistas. Publicada um ano depois, a obra é um clássico da ciência política e referência para os estudantes de jornalismo, pois mostra que a profissão é inseparável da política. Ao falar sobre os jornalistas, Weber dizia que somos uma espécie de "casta de parias" e, por isso, "as mais estranhas representações sobre os jornalistas e seu trabalho são, por

isso, correntes". Com razão, afirmava que a vida do jornalista é muitas vezes "marcada pela pura sorte", sob condições que "colocam à prova constantemente a segurança interior, de um modo que muito dificilmente pode ser encontrado em outras situações".

E o que está acontecendo com Vera Magalhães, cujo texto contundente e sempre bem contextualizado se destaca entre os analistas políticos, além do fato de que faz parte de uma geração que transitou do jornalismo impresso para a comunicação multimídia com pleno êxito. Vera se tornou uma "pessoa" nas redes sociais, mas sua imagem não está descolada de sua personalidade, do seu talento e de sua vida pessoal, pois a sua coragem e firmeza como profissional e mulher independente fazem parte do ethos da profissão que escolheu. Como se sabe, antropológica-mente falando, ethos e o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento e da cultura de uma coletividade, ou seja, nossos valores, ideais e crenças.

Weber restituiu a ópera. "A experiência com frequência amarga na vida profissional talvez não seja nem mesmo o mais terrível. Precisamente no caso dos jornalistas exitosos, exigências internas particularmente difíceis lhe são apresentadas. Não é de maneira alguma uma iniquidade lidar nos salões dos poderosos da terra aparentemente no mesmo pé de igualdade (...). Espantoso

não é o fato de que há muitos jornalistas humanamente desparatados ou desvalorizados, mas o fato de, apesar de tudo, precisamente essa classe encerra em si um número tão grande de homens valiosos e completamente autênticos, algo que os outsiders não poderiam facilmente".

Aquele época, as mulheres ainda não eram a maioria na categoria, como agora, muitas das quais comandando as redações, como a diretora de redação aqui do Correio Braziliense, Ana Dubeaux. Mesmo assim, essas observações são atualíssimas e servem para elas, principalmente as que estão em começo de carreira, que sofrem duplo preconceito por serem jornalistas e mulheres. Eu trabalho cercado de jovens jornalistas, me encanta a forma como encaram a profissão com sede de verdade e coragem para enfrentar os desafios de uma atividade que passa por mudanças inimagináveis quando comecei minha carreira profissional, lá se vão mais de 50 anos.

A violência nos espreita

O tema da violência faz parte da vida dos jornalistas e do jornalismo. Não raro, os jornalistas são as vítimas, como aconteceu tantas vezes no Vietnã, no Afeganistão e agora ocorre na Ucrânia.

Nos grotões do nosso país, ainda hoje, segundo a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), são constantes as intimidações e os assassinatos de profissionais de imprensa. Mas vivemos num mundo muito diferente daquele que Weber conheceu. Com a revolução digital, os meios de comunicação e os jornalistas perderam o monopólio da notícia. Ela chega pelo celular em tempo real com imagens flagradas pelo cidadão comum, o "furo", a notícia exclusiva no jargão das redações, nem sempre é nosso, porém, mesmo assim, sua veracidade exige comprovação e ninguém apura as informações com mais precisão e processa as notícias com mais qualidade do que os jornalistas profissionais. A missão permanece a mesma, o contexto, os meios e as plataformas a que mudaram.

Somos diariamente desafiados a desnudar a verdade, confrontados por fake news, poderosos instrumentos de luta política, como foram os velhos panfletos apócrifos e publicações faccionais, quase sempre contra o Estado democrático e/ou tratando os adversários como inimigos, muitas vezes jurados de morte. Nessa guerra entre a verdade e as mentiras, os jornalistas são a infantaria da democracia, com a missão de desarmar seus inimigos. Não é uma empreitada fácil, porque o ambiente beligerante, que justifica essa analogia com a guerra, infelizmente, hoje é uma triste realidade em nosso

país, muito mais grave do que já era, porque há uma política oficial de promover a formação de milícias políticas, armadas até os dentes.

Propósito, a expressão monopólio da violência ("gewaltmonopol des staates") foi cunhada por Max Weber como atributo do Estado ocidental moderno — ou seja, o uso legítimo da força física dentro de um determinado território em defesa da sociedade. Esse poder de coerção é exercido pelo Estado por meio de seus agentes legítimos. O inglês Thomas Hobbes, um dos pais do Estado moderno, em 1651, no Leviatã, respondeu a duas questões: como as sociedades foram formadas e como devem ser governadas? Para ele, era possível abrir mão da liberdade total e fazer um pacto, o "contrato social", para sair da vida solitária e selvagem — ou seja, do "estado de natureza" — e viver juntos, sob um poder soberano, no "estado civil" — ou seja, em sociedade.

Entretanto, para isso, é preciso um poder que os obrigue a respeitar o contrato. O Estado sozrinho, absoluto, porém, não resolve o problema. É preciso garantir liberdade e direitos aos cidadãos. É aí que John Stuart Mill, no século 19, ou, dois séculos depois, entra em cena em "Sobre a liberdade" (1859) o Estado deve preservar a autonomia individual e, ao mesmo tempo, evitar a tirania da maioria. Tudo é permitido ao indivíduo, desde que as suas ações não causem danos a terceiros.

JUSTIÇA

Pelo menos sete dos 11 ministros já votaram por manter a liminar que barra por 60 dias o pagamento do piso dos profissionais de enfermagem. ANS defende fonte de recursos

Mojoir pelo a suspensão no STF

BERNARDO ESTILAC E MICHELLE PORTELLA

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria pela suspensão do piso nacional da enfermagem. Com os votos dos ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux, sete dos 11 magistrados mantiveram a decisão que pede mais explicações sobre a origem da verba para o reajuste salarial da categoria. No início do mês, o ministro

Luiz Roberto Barroso decidiu pela suspensão da lei 14.314/2022, até que sejam esclarecidos os impactos da medida sobre a situação financeira de estados e municípios, a empregabilidade e a qualidade dos serviços de saúde.

A medida foi acompanhada em votação colegiada por Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e, agora, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Kassio Nunes Marques, André

Mendonça e Edson Fachin votaram para derubar a suspensão. A lei do piso nacional de enfermagem foi aprovada pelo Congresso e determinava que os enfermeiros recebam um valor mínimo de R\$ 4.750 mensais. Para os técnicos em enfermagem, o salário seria de R\$ 3.325 e para os auxiliares de enfermagem e parteiros, R\$ 2.375.

Na decisão, Barroso apontou a necessidade de se determinar uma fonte de custeio para os aumentos salariais e citou o risco de demissões caso não existam recursos para

o cumprimento da medida. O piso gerou preocupação em entidades do setor hospitalar, que apontaram riscos de fechar as portas tendo de arcar com os novos valores. Em 10 de agosto, a Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde) e outras sete entidades pediram a suspensão da Lei 14.314/2022 questionando a constitucionalidade da regra, publicada em 5 de agosto.

O julgamento segue até hoje e os ministros podem alterar seus votos ou pedir a interrupção da

pauta. Ainda não votou Rosa Weber. Profissionais da enfermagem organizam protestos contra a decisão do STF pelo país. Em Belo Horizonte, a categoria foi às ruas na segunda-feira e há nova manifestação marcada para a quarta-feira das semanas que vem.

O diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, afirmou ontem que "o pleito do piso salarial é legítimo, mas o Congresso deixou de analisar o ponto que causou esse impasse. É fundamental pensar numa

fonte paga para pagar o piso", disse. Para Rebello, o Congresso não analisou o impacto orçamentário do piso, o que eleva a insegurança da oferta do serviço em saúde e fiscal dos municípios. "Existem 825 municípios com apenas um hospital. É preciso calcular os efeitos observando isso", destacou. O tema já foi motivo de manifestação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que se posicionou como *amicus curiae* do "amigo da corte" na ação em julgamento.

CAIXA GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

AVISO DE VENDA

Edital de Leilão Público nº 3089/0222 - 1º Leilão e nº 3090/0222 - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da DN Manutenção de Bens, torna público sua intenção de vender, pelo maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo I, deste Edital, no estado físico e de condições em que se encontram, imóvel (a) referido (a) em garantia, nos termos da Lei nº 8.008/2022, de 02/08/2022, no primeiro leilão, e de 02/09/2022, no segundo leilão, em favor bancário, nas Agências de CAIXA nos endereços AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RN, RS, SC e SP no endereço de entrega. Sra. CARLEI FREITAS BALBUENA DA SILVA, no endereço Avenida Paulista, nº 1079 - 7º e 8º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP, CEP: 01311-020, telefones (11) 2181-1019 e (11) 8849-8874 (WhatsApp). Abertura no Edital e no horário de expediente de 09:00 às 18:00h (Site: www.dnabens.caixa.gov.br). O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br. O 1º Leilão realizarse-á no dia 20/09/2022, às 13h (horário de Brasília), e os lances remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 28/09/2022, às 13h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leilão, no endereço: www.dnabens.caixa.gov.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CM MANUTENÇÃO DE BENS

MERCANTIL DO BRASIL

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. (BMB) controlado e se encontra em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") e se realizará de modo exclusivamente presencial no dia 07 de setembro de 2022, às 10h00, no sede social do Banco, localizada na Rua Rio de Janeiro, nº 654, 19º andar, em Belo Horizonte/MG, para ratificar das seguintes deliberações constantes do ordem do dia: (i) Deliberação sobre a incorporação pelo Banco de sua subsidiária integral, Mercantil de Brasil Imobiliária e Agravadora S.A., sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ sob o nº 05.990.448-0001-07 ("MBIA"); (ii) Deliberação sobre a substituição da administração do empreendimento especializado Mercantil de Bens Imóveis Independente, registrada no CRC sob o nº CRC 25790016/0455 e inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de incorporação; (iii) Deliberação sobre a Lida de Avaliação do Bônus (ii) Deliberação sobre a incorporação da BMB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.307.009-28 e CRC sob o nº 157115648-1, para elaborar o laudo de avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Incorporada que está em fase de venda de

Martinho Campos

Prefeitura Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2022. Processo Licitatório nº 082/2021. Dispensa de Licitação nº 024/2021. Celebrado entre o Município de Martinho Campos e o Sindicato dos Produtores Rurais de Martinho Campos. Fica concedido o reajuste de 8,73%. Wilson Corrêa Alves Afonso de Carvalho - Prefeito Municipal.

1 cm - 15 1689761 - 1

Mato Verde

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43/2022

O Município de Mato Verde/MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial SRP nº 43/2022, no dia 28/09/2022, às 08h00min horas, na sede da Prefeitura de Mato Verde/MG, localizada na Rua Mário dos Reis Silveira, nº 345 - Bairro São Bento, na Cidade de Mato Verde/MG, objetivando o registro de preços para a contratação exclusiva de ME/EPP ou Equipadoras para prestação de serviços gráficos em geral. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura ou pelo e-mail: mato.verdelicitacao@gmail.com - Pedro Henrique Horta Freitas - Prefeito Municipal.

3 cm - 15 1689655 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2022 O Município de Mato Verde/MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial nº 45/2022, no dia 30/09/2022, às 08h00min horas, na sede da Prefeitura de Mato Verde/MG, localizada na Rua Mário dos Reis Silveira, nº 345 - Bairro São Bento, na Cidade de Mato Verde/MG, objetivando a aquisição de câmara de conservação uso médico hospitalar em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura ou pelo e-mail: mato.verdelicitacao@gmail.com - Pedro Henrique Horta Freitas - Prefeito Municipal.

2 cm - 15 1689683 - 1

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2022 O Município de Mato Verde/MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial nº 44/2022, no dia 29/09/2022, às 08h00min horas, na sede da Prefeitura de Mato Verde/MG, localizada na Rua Mário dos Reis Silveira, nº 345 - Bairro São Bento, na Cidade de Mato Verde/MG, objetivando a contratação exclusiva de ME/EPP ou Equipadoras para a aquisição de mobiliário e equipamento escolar, destinados ao atendimento de alunos matriculados em escolas da Rede Municipal de Ensino, nos termos do Convênio de Saúde 1261001237/2022/SEE. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura ou pelo e-mail: mato.verdelicitacao@gmail.com - Pedro Henrique Horta Freitas - Prefeito Municipal.

3 cm - 15 1689675 - 1

Medina

Prefeitura Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 055/2022

Município de Medina/MG, Rua Sete de Setembro, 22, Centro - CNPJ: 18.414.607/0001-83 - Fone: (31) 3753-1721 - E-mail: licitacao@medina.mg.gov.br - PROCESSO Nº 114/2022 - PREGÃO PRESENCIAL 055/2022 - Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de comestíveis e algemas para as escolas municipais, evento do dia das crianças, com entrega de cota de até 25% para microempresas e empresas de Pequeno Porte, MEI e Cooperativas enquadradas Art. 34 Lei 11.488/2007, conforme termo de referência. Abertura dia 29/09/2022 às 08h00min.

Paulo Henrique Moreira Camargo - Pregoeiro

3 cm - 15 1689437 - 1

Miradouro

Prefeitura Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 044/2022

Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestar serviços de transporte eventual para secretarias da Prefeitura Municipal de Miradouro. Abertura dia 03/10/2022, às 13:30 horas na Praça Santa Rita, 288 - Miradouro/MG. Edital disponível no site da instituição www.miradouro.mg.gov.br a partir das 21h00min de 21/09/2022. Informações (32) 3753-1160 ou e-mail: premi2013@yahoo.com.br.

2 cm - 15 1689404 - 1

PREGÃO PRESENCIAL 045/2022

Registro de medicamentos físicos com desconto sobre a tabela CMED-PMC. Abertura dia 05/10/2022, às 13:30 horas na Praça Santa Rita, 288 - Miradouro/MG. Edital disponível no site da instituição www.miradouro.mg.gov.br a partir das 21h00min de 23/09/2022. Informações (32) 3753-1160 ou e-mail: premi2013@yahoo.com.br.

2 cm - 15 1689448 - 1

Miravânia

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 061/2022 - PP Nº 014/2022.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades da secretaria municipal de educação e assistência social. Abertura: Dia 28/09/2022 - 09h00min. PL Nº 062/2022 - PP Nº 015/2022. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais médicos de uso hospitalar. Abertura: Dia 29/09/2022 - 09h00min. PL Nº 063/2022 - PE Nº 001/2022. OBJETO: Registro

3 cm - 15 1689378 - 1

de Preços para aquisição de móveis, equipamentos, eletrodomésticos e eletrônicos e outros correlatos. Abertura: Dia 30/09/2022 - 09h00min. Inf.: Email licitacao@miravania.mg.gov.br ou na sede do Município, situado Avenida Tancredo Neves, nº 500, Centro - Miravânia/MG, no horário das 07h00min às 17h00min. Miravânia/MG, 15 de setembro de 2022. Moisés Torres Dourado - Pregoeiro.

3 cm - 15 1689556 - 1

Monjolos

Prefeitura Municipal

TOMADA DE PREÇOS 012/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 042/2022

Torna público que irá realizar Processo Licitatório nº. 042/2022 - Tomada de Preços nº. 012/2022 com abertura às 09h00 horas do dia 04/10/2022. Contratação de empresa para execução de obra com fornecimento de materiais e mão de obra, para realizar a extensão de rede de distribuição elétrica urbana no distrito de Redolândia - Município de Monjolos/MG. Tipo de Licitação: Menor Preço. Critério de julgamento: Menor Valor Global. Maiores informações na Prefeitura Municipal de Monjolos, ou pelo telefone: (38) 3727-1120 - E-mail: licitacao@prefeitura.monjolos.mg.gov.br e pelo site: www.prefeitura.monjolos.mg.gov.br

Osmar Martins da Silva, Presidente da Comissão.

3 cm - 15 1689466 - 1

Montalvânia

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 069/2022 - PE Nº 010/2022.

OBJETO: Registro de preços pautado na contratação de empresa especializada em operação financeira para prestação de serviços como intermediária no gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota municipal. Abertura: Dia 29/09/2022 - 09h00min. **AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 070/2022 - PE Nº 011/2022.** OBJETO: Registro de preços pautado na contratação de empresa especializada em operação financeira para prestação de serviços como intermediária no gerenciamento do abastecimento da frota municipal. Abertura: Dia 29/09/2022 - 14h00min. Inf.: (38) 3614-1537 - 3614-4429. Email licitacao@montalvania.mg.gov.br ou na sede do Município, situado Av. Confúcio, nº 1150 - Centro - Montalvânia/MG, no horário das 07h30min às 17h30min. Montalvânia/MG, 15 de setembro de 2022. Elvando Nonato da Silva - Pregoeiro

3 cm - 15 1689541 - 1

Monte Carmelo

Prefeitura Municipal

EXTRATO DO CONTRATO. PREGÃO SRP Nº 75/2022.

FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 113/2022.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Projeto Pedagógico, Compreendendo Livros, Equipamentos e Mobiliário Escolar, Conforme Convênio nº 1261001518/2022-SEE, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e o Município de Monte Carmelo-MG, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Partes: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Vigência: 31/12/2022. Empresa: PAE Editora e Distribuidora de Livros Ltda, CNPJ: 01.146.871.0001-80. Valor Global: R\$ 504.900,00. Contrato nº 156/2022. Data: 12/09/2022. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

3 cm - 15 1689245 - 1

AVISO DE HABILITAÇÃO - PREGÃO SRP Nº 75/2022.

FORMA: ELETRÔNICA - PROCESSO Nº 113/2022.

Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Projeto Pedagógico, Compreendendo Livros, Equipamentos e Mobiliário Escolar, Conforme Convênio nº 1261001518/2022-SEE, firmado entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e o Município de Monte Carmelo-MG, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Educação. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 113/2022, modalidade Pregão SRP nº 75/2022 - Tipo: menor preço por lote. Empresa Habilitada: PAE Editora e Distribuidora de Livros Ltda. Data: 31/08/2022. Isabela Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO SRP Nº 75/2022. FORMA: ELETRÔNICA - PROCESSO Nº 113/2022.** A Secretaria Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 113/2022, modalidade Pregão SRP nº 75/2022 - Tipo: menor preço por lote, em favor das Empresas: PAE Editora e Distribuidora de Livros Ltda. Data: 08/09/2022. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 75/2022. FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 113/2022.** Objeto: Gerenciador: Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. Vigência: 12 (Doze) meses. Empresa: Ata RP nº 235/2022; PAE Editora e Distribuidora de Livros Ltda, CNPJ: 01.146.871.0001-80. Valor Global: R\$ 504.900,00. Data: 12/09/2022. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

5 cm - 15 1689244 - 1

Monte Formoso

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PL 050/2022 - PREGÃO PRESENCIAL 030/2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, mobiliários e eletroeletrônicos destinados a estruturação da UBS Virgínia Ramalho dos Santos, no distrito de mobilizar, ampliar e acessar a serviços e benefícios a população do Município de Monte Formoso/MG. Tipo: Menor Preço por lote. Abertura dos envelopes: Dia 29/09/2022 às 09h00min. Local: Sala de Licitações da prefeitura na Travessa Primitivo Barbosa, 391. Edital e informações no mesmo endereço, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas ou pelo tel.: (33) 3745-8001.

Monte Formoso/MG, 15/09/2022

José Gomes da Silva - Prefeito Municipal

3 cm - 15 1689378 - 1

Montes Claros

Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - CODANORTE

PC 066/2022 TP 005/2022.

Prest. serv. construção galpão e bloco administr. p Usina de Triagem Semi Mecanizada Resíduos Sólidos de Icarai de Minas. Habilitação: 04/10/2022, 08h30min. licitacoes.codanorte.mg.gov.br/www.codanorte.mg.gov.br

1 cm - 15 1689579 - 1

Fundação Hospitalar de Montes Claros

EXTRATO DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2022

Objeto: Aquisição de Medicamentos (Contrate), com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P050/2022-01, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação. Contrato firmado com: HDL Logística Hospitalar Ltda, CNPJ 11.872.656/0001-10, RS 59.950,00.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2022 - Objeto: Aquisição de Medicamentos (Soros), com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P761/2021-01, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação. Empresa: Halexstar Indústria Farmacêutica S/A, CNPJ 01.571.702.0001-98, RS 101.715,00.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2022 - Objeto: Aquisição de Medicamentos (Soros), com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P761/2021-01, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação. Empresa: Belyve Medical Produtos Hospitalares LTDA, CNPJ 32.757.824/0001-05, RS 64.293,30.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2022 - Objeto: Aquisição de Medicamentos (Soros), com recurso do Contrato Administrativo de Repasse de Recursos P761/2021-01, firmado entre o Município de Montes Claros e esta Fundação. Empresa: Halexstar Indústria Farmacêutica S/A, CNPJ 01.571.702.0001-98, RS 17.664,90.

6 cm - 14 1688736 - 1

Montezuma

Prefeitura Municipal

ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL 033/2022

A Prefeitura Municipal de Montezuma/MG, torna pública a adjudicação, homologação e Contrato do Pregão Presencial 033/2022 - Processo 087/2022 - Objeto: Contratação de empresa ou pessoa física para prestação de serviços especializados de educador profissional estagiário de práticas esportivas, processo SEI nº 1480.01.0002957/2021-43.

CONTRATO Nº 108/2022

Pessoa Física - BERNARDO ARAUJO CORDEIRO LIMA, CPF nº 136.753.916-12 - Valor: R\$ 17.229,12 (dezeesse mil, duzentos e vinte e nove reais e doze centavos), 24 (vinte e quatro) parcelas de R\$ 717,88 (setecentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos). Vigência: 12/09/2022 a 12/09/2024.

Montezuma/MG, 12/09/2022

Julio Lopes Pereira - Pregoeiro oficial

4 cm - 15 1689260 - 1

Morro da Garça

Prefeitura Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022. PROCESSO Nº 106/2022.

Registro de Preços para aquisição de 01 (um) Veículo de Passeio Tipo Sedan Zero Km e um Trator Tipo Agrícola Zero km, para Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária de acordo com Convênio de Saúde nº 1231001643/2022. Data de Abertura: 28/09/2022 às 08h30min, plataforma de licitações Licitar Digital: www.licitandigital.com.br. Edital e informações através do telefone: (38) 3725-1110 e e-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br, no horário de 08h00min às 16h00min, ou www.morrodagarca.mg.gov.br.

2 cm - 15 1689693 - 1

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2022

Torna-se público, que no período de 08h00min às 17h30min e de 13h00min às 16h00min, nos dias 19, 20 e 21 de Setembro de 2022, estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado do Município de Morro da Garça/MG, que deverão ser feitas no RH da Prefeitura Municipal, que está situada na Praça São Sebastião, nº 464, Centro, nesta Cidade. Edital e informações, endereço acima ou fone: (38) 3725-1110. e-mail: rh@morrodagarca.mg.gov.br no horário de 08h00min às 16h00min.

2 cm - 15 1689501 - 1

Morro do Pilar

Prefeitura Municipal

ANULAÇÃO DO PREGÃO 020-2022

Torna público para conhecimento dos interessados a anulação do prego eletrônico 020-2022. Cuyo objetivo é a locação de veículo com condutor para a Secretaria Municipal de Saúde na divisa de zonas das Prefeitura Municipal de Morro do Pilar/MG. As informações poderão ser prestadas pelo telefone (31) 33663249 ou através do e-mail: licitacao@morrodopilar.mg.gov.br. Pregoeira Heide Ferreira da Silva.

2 cm - 15 1689777 - 1

Nanuque

Prefeitura Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 068/2022

A Prefeitura Municipal de Nanuque/MG torna público que realizará o Pregão Presencial - 068/2022 Para registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento da merenda dos alunos para as instituições de educação do município de Nanuque/MG. Abertura será às 09:00h do dia 29 de setembro de 2022. O Edital poderá ser arbiho na íntegra na Prefeitura de Nanuque ou através do site www.nanuque.mg.gov.br. Larissa Freitas de Jesus. Pregoeira

2 cm - 14 1688747 - 1

Natércia

Prefeitura Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0163/2022-

Dispens de Licitação nº 0031/2022 Contratação Direta - Objeto: contratação de Empresa para Aquisição de extensor Para Bomba de Seringa e Lençóis Descartáveis, Para Atender as Necessidades do Setor de Saúde do Município de Natércia-MG. A melhor oferta no Valor de R\$ 5.454,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais) iniciando-se o prazo de 03 (três) dias do interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 1026 de 20 de outubro de 2021. As Propostas encontram-se disponíveis no site: www.intrp/www.natercia.mg.gov.br. Natércia (MG), 15 de Setembro de 2022. Gabriel Tiago de Vilas Boas - Prefeito Municipal.

3 cm - 15 1689415 - 1

Nazareno

Prefeitura Municipal

PRP 064/22. Torna público PRP nº 064/22. Obj: Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de segurança privada. Abertura: 28/09/2022 às 14h. Editais: www.nazareno.mg.gov.br. José Heitor Guimarães de Carvalho - Prefeito

1 cm - 15 1689690 - 1

Nova Belém

Prefeitura Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2022

Comunica a abertura da Inexigibilidade de credenciamento nº 005/2022, para credenciamento de Empresas/Profissionais Especializados para Prestação de Serviços Médicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Belém/MG. A Abertura/credenciamento será dia 20/10/2022, às 09h00min na Prefeitura Municipal de Nova Belém, na Av. Carlos Maulaz, nº 150. Centro - Nova Belém - MG, informações por tel: (33) 8827-5063 - Censar de Paula.

3 cm - 15 1689493 - 1

Nova Era

Prefeitura Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2022

Torna público o resultado: Comercial Duval Mendes, itens: 02,03,09,1,017,20,21,32,33,35,36,37,38,44,45,47,48,49,56,68,74, - \$ 132.04514; Aquarela Comercio e Serviços Eireli ME, itens: 01,04,07,08,13,14,1,5,18,22,25,28, - 1,42,43,46,53,60,61,64,66,71,72,73,80,82,85,87,88 - \$ 1.059.818,85; RCA Comercio Ltda, itens: 05,06,16,19,30,39,41,52,55,62,63,65,67,69,75,77,79,81,83,86, - \$ 727.302,65; Agil Comercio de Materiais e Equipamentos Ltda, itens: 11,12,23,24,26,27,34,50,51,54 - \$ 33.452,88; Ana Laura das Graças Gomes, item: 84 - \$ 51.000,00; Licita Neves Papelaria & Informática, itens: 57,58 - \$ 110.800,00; Edmar Gonçalves - Pregoeiro.

3 cm - 15 1689225 - 1

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2022.

Empresas habilitadas: Huai Eng. Com. Ind Ltda e Construtora Total Equilíbrio Ltda. Habilitada com Registro: Atuar Prestações de Serviços Ltda. Propostas classificadas: Huai Eng. Com. Ind Ltda, Construtora Total Equilíbrio Ltda e Atuar Prestações de Serviços Ltda. Empresa vencedora: Atuar Prestações de Serviços Ltda - R\$ 177.409,96 Givaldo Bueno Monteiro Quintão - Presidente de CPL.

2 cm - 15 1689765 - 1

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 29/2022

Fica rescindido unilateralmente o contrato nº 29/2022, relativo ao processo licitatório nº 40/2022, firmado com a empresa Agenteiro Gestao Ltda de Amaral Eireli. Nova Era, 15/09/2022. Tati Silva Costa - Prefeito Municipal.

2 cm - 15 1689698 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017. A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 320220915195113029.